

A Universidade e a Produção do Conhecimento

Resumo

O PRESENTE ARTIGO trata da relação entre a Universidade e a produção do conhecimento. Assinala os tipos de ensino universitário, os papéis da cultura e da sociedade e as implicações que todos estes fatores têm sobre um conhecimento mais profundo, democrático e crítico.

“A maneira de uma universidade contribuir para o progresso social é justamente elevando seus níveis acadêmicos, mantendo-se atualizada com o desenvolvimento do ensino, produzindo cientistas e profissionais bem capacitados para esboçar soluções para os problemas do país, empregando os recursos com os quais conta, de maneira mais prática.” (Mário Vargas Llosa, 1985, p. 365)

Introdução

O tema Universidade e Produção do Conhecimento é duplamente explosivo, visto que não há parâmetros muito claros, nestes momentos, sobre o que entendemos por ensino superior e no que tange à produção do conhecimento, que se confunde, com frequência, com repetições fora de qualquer análise crítica ou permeadas de dogmatismo enfadonho e inútil.

Por outro lado, a discussão da Universidade não pode ser afastada de um reconhecimento criterioso contextual, isto quer dizer, que é da máxima importância ter com clareza presente o pano de fundo social, político, econômico e ideológico, já que, como instituição, participa ativamente destas variáveis. Neste sentido, nos encontramos ante uma dupla problemática: uma sociedade que evolui rapida-

Juan José Mouriño Mosquera

Doutor em Educação

Professor do Instituto de Educação/PUCRS

mente e com gravíssimos problemas e uma Universidade que precisa dar respostas além do imediato e do gravemente banal. No nosso entender, o drama da Universidade se encontra localizado neste ponto crucial, acrescido dos problemas que assolam os países de Terceiro e Quarto Mundos. Não podemos ignorar, entre outros dramas, a miséria, o desemprego, a recessão econômica, a carência de bens e serviços, a precariedade da saúde e, principalmente, a acentuada ignorância. As explicações são muitas e variadas, mas podem ser compreendidas em três dimensões, a saber:

1 Poder político

Se caracteriza pelo forte estatismo, luta de interesses de grupos ou pessoas. Carece de dinâmica da negociação.

2 Poder econômico

Se caracteriza pela forte concentração do controle dos meios de produção de bens e serviços. Carece de visão social profunda.

3 Poder cultural

Se caracteriza pela importação acrítica e modéstica do conhecimento com forte mandarinato. Carece de visão de realidade.

Estes três tipos de poder não são gratuitos nem ocasionais; eles têm raízes históricas e ideológicas claramente detectáveis, o que nos leva a pensar nas falácias dos múltiplos discursos de cunho aparentemente libertador e crítico, quando na realidade em seu fundo pulsa bem nítida a fonte da luta pelo poder e apropriação indevida dos espaços questionadores. Justamente aí sentimos a Universidade como um espaço questionador, mas é importante salientar que não é um espaço de ocasião ou simplesmente oportunista. A Universidade como instituição deve rever o seu papel na sociedade e apropriar respostas qualitativas para tipos de poder que exercem papel "normatizador". Obviamente abrimos mão aqui da sugestiva metáfora do dominador-dominado, sucedâneo do senhor-escravo. Creemos que a dimensão mais séria se encontra na confluência dos poderes citados

e seu trânsito no discurso apropriado como explicação.

A problemática do poder e do conhecimento encontra um vitalismo fundamental para explicar os desníveis humanos e os privilégios já tão conhecidos e discutidos, porém infelizmente não erradicados. O impressionante é que o discurso normalmente não nutre a prática. Assim, o poder se congela em grupos de convivência e o conhecimento fica restrito aos que o possuem e manipulam. Justamente guiados pelo intuito de melhor entender o papel cultural e educativo da Universidade e suas relações estreitas com o fenômeno do conhecimento, nos atrevemos a pensar, por instantes, livres dos condicionamentos do aflito cotidiano. Por isto, nos parecem oportunas as palavras do professor José Arthur Gianotti (in Rezende, 1986, p. 15) quando pergunta:

"Um das coisas que mais está me espantando nos últimos tempos é o fato de não existir, pela primeira vez, na história do Brasil, uma real utopia da universidade brasileira... Como é possível num país como o nosso, que não tenhamos uma utopia universitária?"

Qual universidade?

É evidente para os que transitam nos campi universitários que esta entidade não se limita apenas a repartir conhecimento. Ela é, realmente, uma rede intrincada de relações de poder, de luta econômica e de posições ideológicas. Naturalmente que o objeto da Universidade poucas vezes é revisto ou mesmo conhecido e, neste sentido, a sua real função fica vaga, confusa ou mesmo suplantada pelas atividades citadas anteriormente.

Germán Rama (1987), em publicação bem recente e oportuna, nos coloca ante uma perspectiva de cunho fundamentalmente crítico e de ampla repercussão nas vivências

que a Universidade na América Latina está vivendo. Assinala Rama a necessidade de que a Universidade cumpra uma função crítica e de participação, tomando como base o conhecimento da realidade social e produzindo conhecimentos que possam influir sobre os modelos sociais, econômicos, políticos e culturais. Isto implica valores alternativos e democráticos que configuram uma instituição claramente participativa e cujos indicativos são a pluralidade de enfoques, desejando e fazendo o pensar e o agir.

Esta Universidade, entretanto, não é tranqüila, nem facilmente aceita. Podemos ainda assinalar as vertentes: Universidade Militante e Universidade de Congelamento. Ambas parecem focar problemas mais dirigidos para especificidades de cunho ideológico, que redundam em um estreitamento dos enfoques do conhecimento, privilegiando apenas aquilo que é de interesse dos grupos de poder e tentando liquidar a controvérsia, o debate e a criatividade do saber, bem como a educação de elites democráticas, fundamentadas na administração e negociação do conflito. Sabemos, e não precisamos ser muito sábios para isto, que o conhecimento, a dúvida intelectual e a pesquisa continuada são fortes inimigos do dogmatismo e qualquer tipo de catequese. Obviamente que estas idéias têm um cunho de ceticismo realista, o que impulsiona à convivência e à tolerância.

Os modelos de militância e de congelamento são bastante conhecidos em tese, mas mal apreciados na prática, exercendo, no leque de opções, um fascínio bastante (conhecido) relevante para serem relegados ao esquecimento, trazendo assim conseqüências trágicas para a Universidade, quando se expressam na ineficiência, na luta acirrada pelo poder, no populismo falso e medíocre e no conhecimento cada vez mais banal e repleto de lugares-comuns. Gianotti (1986. p. 67), em obra muito criticada por alguns, mas de valor bastante sério, diz que:

“Apesar de todas as tendências que a

emperram, a universidade ainda é o local do novo conhecimento, ou simplesmente do conhecimento, pois o garimpo do saber antigo não valeria uma hora de pena se não apontasse para o diagnóstico das vicissitudes do presente e para os lances do futuro. Isto posto, ela é o espaço do diálogo intelectual, do debate, da reflexão, da troca de idéias e das experiências, da divulgação e da conquista dum público interessado tanto no saber como saber, quanto naquele que resulte em tecnologias capazes de melhorar as condições de vida de cada ser humano.”

Creemos que o pensamento de Gianotti nos revela a essência da Universidade Partícipe. Rama (198, p.99) apresenta alguns princípios que a tornam realidade mesmo nas condições do universo subdesenvolvido. São eles:

1 Seleção de pessoal docente de acordo com valores científicos e assegurar mecanismos de avaliação do seu desempenho fundamentados em critérios acadêmicos.

2 Liberdade de ensinar e aprender, o que supõe a liberdade de cátedra e o questionamento do que é ensinado. É necessário aqui um marco valorativo que privilegie a hierarquia do conhecimento e impulsione o diálogo acadêmico.

3 O governo universitário seja exercido por aqueles que tenham maior responsabilidade no desenvolvimento do conhecimento e se assegure o controle e a participação das inovações para todos os interessados nelas – socialização do saber.

4 A universidade deve se constituir em um centro cuja função primordial é o avanço do conhecimento e não uma simples instância para a reprodução ideológica de qualquer sistema ou ideário.

5 Os avanços do conhecimento devem ser aplicados a realidades sociais específicas,

tentando modificar as problemáticas e ajudando a resolver problemas, bem como prevendo formas futuras do conhecer.

6 Deve-se assegurar a todos as possibilidades de acesso ao conhecimento, procurando não privilegiar elites, mas tentando o mérito pelo saber e pela competência.

Estas idéias são bastante sérias e não se constituem em um receituário contra a crise, mas são princípios dignos e realistas de serem estudados e levados a efeito. Por outro lado, a Universidade precisa, ao repensar as suas funções de participar, configurar um universo não isolacionista, mas também não falsamente populista, já que a elaboração do conhecimento é uma tarefa que requer essencialmente humildade e disciplina pessoal.

Que conhecimento?

Ao meditarmos sobre o conhecimento e sua produção, não podemos deixar de reconhecer que ele implica um posicionamento de compromisso com a verdade, mesmo que ela seja desafiadora ou constrangedora; com a libertação do dogmatismo, ativa o interesse pela reflexão, o que traz como conseqüência a busca de soluções. Estas idéias emanadas da nossa obra *Filosofia da Educação* (Mosquera, s.d) nos levam a entender o conhecimento em dupla vertente: sobrevivência e resgate do compromisso com o humano. Estes focos formam uma dialética extremamente importante, pois a sobrevivência é focalizada como um conhecer mais profundo e crítico, onde as lutas se unem em entender as prioridades vitais por cima das divergências desnecessárias.

Já no que tange ao resgate do compromisso com o humano, a preocupação é entender, aprofundando neste entendimento que o humano é uma categoria simbólica que representa, em última análise, em seu discurso e práxis, graus de conhecimento propulsores

de divergência e convergência. Deste modo, podemos ver como é fundamental o retorno ao estudo do fenômeno humano na sua interação com a Natureza, a Sociedade e a Cultura. Em princípio, em um plano mais filosófico, podemos entender o conhecimento expresso em:

Reflexão: representa o passo do conhecimento mais importante. É, no nosso entender, a ação pessoal interiorizada, em união com a ação social efetivada. Evidencia-se na meditação analítica e crítica.

Ação: representa o fazer, se executa nas diferentes dimensões do ideacional, indo até o material ou vice-versa. Evidencia-se no movimento cognitivo e prático.

Discurso: representa a elaboração referencial que se faz a partir das experiências vitais, dimensões culturais, propostas sociais e, principalmente, ideações. Evidencia-se na comunicação e na consistência.

Conseqüência: representa a síntese das três instâncias estudadas. Se expressa nos problemas que surgem das realidades e que nos desafiam a encontrar soluções. Evidencia-se pelas posições e análises.

Os elementos citados formam um quadrângulo do que é denominado circuito da nova ciência da mente, segundo Gardner (1987), que questiona que tipo de percepção temos da realidade, que imagens mentais estruturamos, como categorizamos o mundo no qual vivemos e, especialmente, como resolvemos os problemas e processamos a nossa informação.

O conhecimento é, pois, uma realidade-revelação-dialética, através da qual podemos desenvolver o curso do pensamento, ativar a inteligência, despertar a criatividade, pondo em funcionamento as atividades psíquicas superiores e tentando o difícil (mas fascinante) processo de soluções de problemas e antecipações de inovações.

O conhecimento, por outro lado, é um mediador entre as operações cerebrais potencialmente extraordinárias e as cambiantes e desafiadoras dinâmicas sócio-culturais. A produção de conhecimento ativa o universo da mente e reconstrói a cultura nas suas variadas interpretações. Na Universidade, a Produção do Conhecimento pode ser entendida como a mais importante tarefa e objetivo. Assim teríamos o seguinte esquema-resumo:

a reflexão é base de:

- dinâmicas do simbólico
- alicerces das conexões do conhecimento
- fundamentos das teorias

a ação mediadora:

- o universo da problemática humana
- o postulado da criação metodológica
- as explicações de causa e efeito

o discurso espelha:

- a dinâmica teoria-práxis
- a trama filosófica do saber
- os argumentos na sua validade

a consequência indica:

- as ações cognitivas na sua práxis
- os conflitos por marginalização do conhecimento
- as rupturas e cortes epistemológicos

Um dos aspectos que, no nosso entender, a Universidade deveria enfatizar é o seu compromisso com o circuito do conhecimento. Este compromisso é suficientemente sólido e provocante para entender que ele carrega em si um poder maior que o usual e, conseqüentemente, é mais revolucionário (em sua origem, desenvolvimento e aplicação) que os poderes tradicionalmente conhecidos e vivenciados.

Talvez por isto conhecimento, nas suas versões de desenvolvimento de inteligências (tanto natural como artificial), nas suas múltiplas linguagens ideológicas e epistemológicas, possa configurar uma nova sociedade, na qual a convivência na sua divergência e

conflito possa ser possível e onde as pessoas aprendam o respeito pelo fazer humano como base da consistência do ser, do modo que melhor compreendamos e imaginemos.

O conhecimento, em sua configuração simbólica e prático, tem o poder de revolucionar. Este revolucionar é um refazer inteligente e sábio, cuja postulação principal é ter espaço, espaço que deve ser ocupado pela Universidade !

Referências

GARDNER, Howard. La nueva ciencia de la mente. Buenos Aires: Paidós, 1987.

GIANOTTI, José A. A Universidade em ritmo de barbárie. São Paulo: Brasiliense, 1986.

LLOSA, Mario V. Contra viento e maré. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1985.

MAYER, Richard E. Pensamento, resolución de problemas y cognición. Buenos Aires: Paidós, 1986.

MERANI, Alberto L. La educación en Latinoamérica: mito y realidad. México: Grijalbo, 1983.

MOSQUERA, Juan J.M. Filosofía de la Educación. (no prelo)

PAVIAN, Jayme; POZENATO, José C. A universidade em debate. Caxias: Edição UCS, 1979.

RAMA, Gusmán W. (coord). Desarrollo y educación en América Latina y el Caribe. Buenos Aires: CEPAL/UNESCO/PNUD/Kapeluz, 1987.

REZENDE, Antônio M. de. O saber e o poder na universidade: dominação ou serviço? 2ed. São Paulo: Cortez, 1983.

STUBBS, Michael, Análisis del discurso. Madrid: Alianza, 1987.